

**FUNDAÇÃO ESCOLA DE COMÉRCIO ÁLVARES PENTEADO –
FECAP
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO**

MARCOS MACEDO NOVAIS

**ÉTICA E A HIPOCRISIA EMPRESARIAL: UM ESTUDO
SOBRE A UTILIZAÇÃO DO TERMO ÉTICA E SEUS
CORRELATOS NOS FORMULÁRIOS DE REFERÊNCIAS**

SÃO PAULO

2020

MARCOS MACEDO NOVAIS

**ÉTICA E A HIPOCRISIA EMPRESARIAL: UM ESTUDO SOBRE A
UTILIZAÇÃO DO TERMO ÉTICA E SEUS CORRELATOS NOS
FORMULÁRIOS DE REFERÊNCIAS**

Artigo apresentado à Fundação Escola de Comércio
Álvares Penteado - FECAP, como requisito para a
obtenção do título de Mestre em Administração.

**Orientador: Prof. Dr. Alexandre Di Miceli da
Silveira.**

São Paulo

2020

FUNDAÇÃO ESCOLA DE COMÉRCIO ÁLVARES PENTEADO - FECAP

CENTRO UNIVERSITÁRIO ÁLVARES PENTEADO

Prof. Dr. Edison Simoni da Silva
Reitor

Prof. Dr. Ronaldo Fróes de Carvalho
Pró-reitor de Graduação

Prof. Dr. Alexandre Garcia
Pró-reitor de Pós-Graduação
Coordenador de Mestrado em Ciências Contábeis
Coordenador de Mestrado Profissional em Administração

FICHA CATALOGRÁFICA

N943e	<p>Novais, Marcos Macedo</p> <p>Ética e a hipocrisia empresarial: um estudo sobre a utilização do termo ética e seus correlatos nos formulários de referências / Marcos Macedo Novais. - - São Paulo, 2020.</p> <p>20 f.</p> <p>Orientador: Prof. Dr. Alexandre Di Miceli da Silveira.</p> <p>Artigo (mestrado) – Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado - FECAP - Centro Universitário Álvares Penteado – Programa de Mestrado Profissional em Administração com Ênfase em Finanças.</p> <p>1. Ética empresarial. 2. Corrupção administrativa. 3. Fraude – prevenção.</p>
-------	--

CDD 174.4081

Bibliotecário responsável: Elba Lopes, CRB- 8/9622

Marcos Macedo Novais
Mestrado em Administração
e-mail: marcosmnovais@yahoo.com.br

Resumo

O objetivo deste trabalho foi pesquisar a intensidade do uso do termo ética e seus correlatos nas empresas listadas na B3, com destaque para as companhias denunciadas na Operação Lava Jato. Foram consultados os Formulários de Referência publicados anualmente pelas empresas de 2013 a 2018, a fim de investigar a congruência (ou incongruência) quanto ao uso dos referidos termos em relação às suas reais práticas organizacionais adotadas. Como resultado principal, observou-se que as empresas passaram a usar termos relacionados à ética com frequência substancialmente superior a partir de 2013 em seus Formulários de Referência. Esse crescimento coincide com a promulgação, em 2013, da Lei anticorrupção e o início da Operação Lava Jato em 2014. Conclui-se que empresas arroladas na citada operação passaram a usar mais os referidos termos nos formulários do que as demais da amostra. Por outro lado, empresas listadas nos segmentos especiais da B3, como o Novo Mercado, utilizaram esses termos com uma frequência relativamente menor do que a média.

Palavras-chave: Lava Jato. Corrupção. Ética e correlatos.

Abstract

The aim of this research was to analyze the use intensity of the word ethics and related words in companies listed in the Brazilian Stock Exchange – B3, especially the ones involved in *Operação Lava Jato*. The Reference Forms annually published by companies from 2013 to 2018 have been consulted, to verify consistencies or inconsistencies regarding the use of the word ethics and related words, concerning their actual corporate adopted practices. The main results showed that, since 2013, companies have increased the use of words related to ethics in their Reference Forms. This growth coincides with the enactment of the Anti-Corruption Act in 2013, and the beginning of *Operação Lava Jato* in 2014. It was concluded that companies involved in *Operação Lava Jato* have increased the use of words related to ethics in their Reference Forms, when compared to other companies from the sample. On the other hand, companies listed in the Brazilian Stock Exchange - B3 special segments, such as *Novo Mercado*, have used these words much less than the average companies from the sample.

Keywords: *Lava Jato*. Corruption. Ethics and related words.

1 Introdução

Durante esta década, a partir de 2014, houve uma quebra de paradigma no sistema judiciário brasileiro, pela operação “Lava Jato”. Considerada pelo Ministério Público Federal (MPF) como “A maior iniciativa de combate à corrupção e lavagem de dinheiro da história do Brasil”, desvendou diversos casos de corrupção envolvendo grandes empresas, como Petrobrás, JBS, Banco BTG Pactual, Braskem, e as construtoras OAS, Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Correa e Queiroz Galvão.

De acordo com o MPF, até o final de 2019, foram deflagradas, nas primeiras instâncias judiciais de Curitiba, Rio de Janeiro e São Paulo, 70 operações, que culminaram com 592 prisões preventivas e temporárias; 204 condenações em 1º e 2º instâncias e celebrações de acordos, sendo 96 de colaboração e 19 de leniência.¹

Em paralelo à operação Lava Jato, em agosto de 2013, foi promulgada a lei nº 12.846/2013, denominada Lei Anticorrupção, cujo objetivo principal é a punição objetiva administrativa e civil de empresas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira.

A partir desse cenário, com a promulgação da Lei Anticorrupção e o início da operação Lava Jato, cabe averiguar o quão as empresas brasileiras vêm aderindo às boas práticas da governança corporativa, adotando um padrão cada vez mais ético. No entanto, para que se entenda como elas atuam eticamente, cabe ressaltar suas ações e seus discursos, já que pode haver hipocrisia em seus comportamentos (Barros, Rodrigues, & Panhoca, 2019). Isto é, pode existir uma lacuna entre o que elas fazem na prática e o que está contido na narrativa de seus relatórios oficiais, e pode haver uma incongruência entre o que elas comunicam e sua realidade (Fassin & Buelens, 2011). Esse é um ponto nevrálgico, porque os stakeholders das empresas não deveriam se limitar somente a discursos para buscar entender o nível ético de uma organização.

Dessa forma, a maneira pela qual os documentos corporativos são apresentados (divulgação, clareza e precisão) pode representar formas pelas quais a hipocrisia é manifestada (Higgins, Tang, & Stubbs, 2019). Por isso, cabe capturar os elementos do conteúdo desses documentos para melhor entender os indícios de hipocrisia organizacional.

¹ Dados oficiais, atualizados até 09/12/2019, retirados do site do MPF: <http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/lava-jato/resultados>.

Daí, decorre a importância de analisar em detalhes o conteúdo das publicações corporativas e relacioná-lo ao seu histórico ético. Assim, ficar atento à retórica e às terminologias de impacto usadas nesses relatórios passa a ser uma ferramenta de análise crucial para gestores e stakeholders.

Diante do exposto, neste trabalho, busca-se responder se as empresas que demonstram ser eticamente corretas por meio das publicações anuais praticam, de fato, a ética em seus atos. O escopo da pesquisa englobou 382 empresas, nas quais se utilizou como instrumento de pesquisa os Formulários de Referência publicados de 2013 a 2018. A partir dessa amostra, extraiu-se de cada documento a quantidade de vezes em que cada empresa mencionou o termo ética e seus correlatos.

Loughran, McDonald e Yun (2008) fizeram pesquisa similar nos relatórios 10k dos Estados Unidos (similar aos Formulários de Referência). Verificaram que quando uma organização se pronuncia em seus relatórios oficiais, neste caso, o 10k, ela não pode “dar a sua palavra” sobre o tema do comportamento ético no sentido estritamente contratual; a expectativa que se cria é que essas manifestações sejam uma garantia explícita de manutenção de altos padrões de conduta organizacional.

Em termos gerais, o autor constatou que: 1) A partir da promulgação da lei Anticorrupção em 2013 e do início da operação Lava Jato em 2014, as empresas passaram a usar, de forma mais significativa, os termos Ética e seus correlatos; 2) Essas empresas, envolvidas na operação lava jato, usam mais esses termos em seus Formulários de Referência do que o grupo geral de empresas pesquisadas; 3) Por outro lado, o modelo econométrico demonstrou ser insignificante ao uso do termo por empresas listadas no segmento especial da B3. Vale lembrar que esse segmento tem normas mais rígidas de governança do que as empresas não inseridas nele.

Ao considerar o quanto exposto, com este trabalho, buscam-se as seguintes contribuições: 1) Esta pesquisa pode contribuir como mais uma variável para entender o comportamento de conduta empresarial quanto à congruência ou incongruência dos atos praticados versus os expressos em seus Formulários de Referência; 2) No meio empresarial, ela se justifica pela importância de uma reflexão por parte das próprias empresas e seus stakeholders, como os tomadores de decisão de investimentos, quanto a confiar na organização pelas condutas éticas prometidas nos referidos formulários.

Com base no exposto, este trabalho está dividido como se segue: introdução, referencial teórico, metodologia aplicada, resultados obtidos e limitações da pesquisa.

2 Referencial Teórico

Loughran et al. (2008), em sua pesquisa, concluem os gestores das empresas com governança corporativa fraca, em vez de criar valor aos acionistas, dedicam-se a enraizar-se nas organizações e a enriquecer. Complementam que, para os administradores dessas organizações, é mais provável que façam declarações relacionadas à ética em seus relatórios anuais, na tentativa de obscurecer suas práticas de governança corporativa pobres.

Ribeiro e Diniz (2015), em seu trabalho sobre *compliance* e lei anticorrupção nas empresas, relatam que a política de *compliance* é definida como “uma ferramenta poderosa, principalmente se obtida a partir da cooperação, pois estimula naturalmente um ambiente com transparência, ética e confiança, auxiliando no desenvolvimento pleno da empresa e da sociedade”. Se existem tais políticas nas empresas, seu objetivo é buscar eficiência, aumentar seus lucros e ser perenes. Nesse caso, transparência, ética e confiança não são itens de ostentação, mas sim condições legais.

Os autores ainda reforçam que a Lei anticorrupção é um motivador para uma conduta empresarial ética, somando-se às outras iniciativas já existentes, trazendo maior confiança à sociedade brasileira e aos investidores nacionais e internacionais.

Silva e Gomes (2009), em sua análise de código de ética em empresas brasileiras internacionalizadas, apontam que essas demonstraram preocupações em estabelecer diretrizes no relacionamento com seus principais *stakeholders*, ou seja, fornecedores, clientes e investidores. Houve uma preocupação em demonstrar ao mercado que a empresa se concentra na continuidade das atividades do negócio.

Os autores também destacam que as empresas não têm sido geridas de forma correta, pois não mantêm, na prática, seus programas de ética como descrito na literatura. Para que isso aconteça de forma efetiva na gestão e controle, não se deve simplesmente distribuir os manuais, e sim segui-los na prática.

2.1 Hipocrisia corporativa

A hipocrisia corporativa abordada neste estudo se remete a quando uma empresa tem grande dissonância entre aquilo que comunica ao público e mercado, com aquilo que efetivamente faz na prática. Portanto, refere-se ao fato de a empresa dizer, ser (Nave & Ferreira, 2019) ou fazer (Glozer & Morsing, 2019) algo não condizente com sua realidade (Fassin & Buelens, 2011). É um conceito centrado na busca pela sua reputação, que pode ser, inicialmente, observado do ponto de vista comportamental, em que ela declara ter um comportamento não condizente com suas ações reais (Janney & Gove, 2011; Wagner, Korschun, & Troebs, 2019).

Essa busca por reputação faz com que as empresas se preocupem em comunicar aos seus stakeholders e ao mercado que agem de forma esperada, de maneira ética. Branco e Matos (2016), por exemplo, mostram que aquelas mais expostas a riscos de *non-compliance* são as que mais se preocupam em usar ferramentas de comunicação para aumentar sua imagem corporativa, por meio de *disclosure* de informação sobre ações éticas e de governança.

Da mesma forma, Loughran et al. (2008) identificam que as empresas que estão em setores de maior risco de imagem são as que mais apelam para retóricas éticas em seus relatórios. Isso indica que existe uma linha de pensamento que defende que aquelas mais expostas ao risco são as mais preocupadas em se comunicar com discursos éticos em seus relatórios.

Outra possível perspectiva de compreensão e entendimento da hipocrisia organizacional é pelo ponto de vista moral, em que a empresa tenta se mostrar mais virtuosa do que realmente é (Wagner et al., 2019). Nessa perspectiva, geram-se respostas de boicote, comportamentos de término de relacionamento comercial com a empresa e boca a boca entre os indivíduos (Wagner et al., 2019), que podem ser desfavoráveis para a empresa (Shim & Kim, 2017).

O terceiro enfoque possível é relacionado a uma atribuição da empresa; isto é, tem a ver com ela própria ter uma natureza hipócrita, gerando comportamentos como raiva, desprezo ou nojo dos seus stakeholders por ela (Wagner et al., 2019). Trata-se de uma percepção sobre o que ela é e como é percebida pelos stakeholders. Sobre isso, estudos têm demonstrado que quando ela consegue incrementar o bem-estar das pessoas por meio de suas atividades, sua percepção de hipócrita tende a diminuir (Losada-Otalóira & Alkire, 2019).

Há um dilema na área de hipocrisia organizacional, que busca entender como essas ações estão ligadas à legitimidade da empresa no mercado. Ela pode ter ações hipócritas justamente para buscar ser legítima (Cho, Laine, Roberts, & Rodrigue, 2015; She & Michelin, 2019). Nesse sentido, há normas que, inclusive, estimulam que as empresas tenham discursos hipócritas em troca de benefícios de competitividade de mercado (Jauernig & Valentinov, 2019). Em uma visão antagônica, ações hipócritas afetam a confiança depositada na empresa e destroem sua legitimidade (Kougiannou & Wallis, 2019), fazendo com que seus instrumentos de *disclosure*, com o tempo, percam a credibilidade.

Por isso, deve-se ter em mente que a comunicação hipócrita de uma empresa, ainda que busque legitimidade, pode feri-la quando as pessoas não acreditam nessa comunicação. Por isso, como já comentado, os resultados de uma empresa percebida como hipócrita podem ser prejudiciais do ponto de vista de credibilidade de mercado, aceitação do conteúdo e narrativa de seus relatórios. Isso pode ter tamanha magnitude, pois já há relatos de casos em que não se

divulgou certificações corporativas porque poderiam ampliar a expectativa sobre a empresa, aumentando ainda mais os danos que ela poderia sofrer diante de uma ameaça de reputação por hipocrisia (Carlos & Lewis, 2017).

Ainda que os estudos sobre hipocrisia organizacional estejam em desenvolvimento, especialmente quanto às documentações de *disclosure* das empresas, já é possível identificar que existem. Inclusive, mesmo que essas teorias tenham sido formuladas por estudiosos de nações desenvolvidas, já há estudos sobre isso em empresas brasileiras (Barros et al., 2019), mostrando que esse é um comportamento também presente em países em desenvolvimento. Adicionalmente, estudos nacionais já demonstraram em cooperativas que há estratégias de elaboração de relatórios prolixos e de menor qualidade como forma hipócrita de mostrar resultados (Anzilago, Panhoca, Bezerra, Beuren, & Kassai, 2018).

2.2 A linguagem como ferramenta de expor governança e ética

A análise textual em estudos da área de Contabilidade e Finanças já é tradicionalmente utilizada (Loughran & McDonald, 2016). Trata-se de um método que visa a analisar elementos escritos dos documentos contábeis das companhias. Por meio daquilo que é escrito, pode-se entender aquilo que está por trás da narrativa e, assim, capturar padrões de escrita em empresas fraudulentas.

Assim sendo, informações textuais relativas à escrita em relatórios financeiros podem oferecer pistas valiosas sobre a existência de fraude na empresa (Goel & Gangolly, 2012; Purda & Skillicorn, 2015). Há padrões de tópicos, narrativas e termos usados por firmas fraudulentas em seus relatórios (Brown, Crowley, & Elliott, 2017), além de um comportamento semelhante entre as empresas fraudulentas, devido à existência de pressões isomórficas sobre elas, forçando-as a agir de forma semelhante (Forster, Loughran, & McDonald, 2009).

Empresas que se envolvem com condutas enganosas mudam sua forma de apresentar seus relatórios (Craig, Mortensen, & Iyer, 2013). Os gestores de firmas fraudulentas produzem divulgação diferente das demais, explorando mais os aspectos positivos da empresa, sem aprofundar as origens desse desempenho (Hoberg & Lewis, 2017). Esse tipo de organização também explora mais a subjetividade de suas argumentações e faz maior uso de advérbios e adjetivos em seus relatórios (Goel & Uzuner, 2016).

Diante disso, auditores, analistas financeiros e agências de risco podem utilizar análises textuais para captarem eventuais padrões de escrita quando empresas estão em situações de risco (Craig, Mortensen, & Iyer, 2013). Dessa forma, compreender os padrões de escrita de empresas fraudulentas ajuda os profissionais a identificá-las.

A seguir, a metodologia que norteou este trabalho.

3 Metodologia

3.1 Dados e análise

A amostra deste trabalho é composta da seguinte forma:

- i) Formulários de Referência de 2013 a 2018, para todas as empresas listadas na B3, inclusive as que não têm ações negociadas na Bolsa, por exemplo, empresas de leasing, securitizadoras, concessionárias de rodovias etc. Neste trabalho, o fato de uma empresa ter ou não ação negociada na Bolsa não é relevante, mas sim que tenha a obrigatoriedade de publicar seus Formulários de Referência;
Para cada arquivo, extraiu-se dos textos a quantidade de vezes em que foram usados o termo ética e seus correlatos: Ético, éticos, ética, éticas, responsabilidade corporativa, responsabilidade social, socialmente responsável. Ainda, incluiu-se nas pesquisas as palavras; etico, eticos, etica, eticas (sic!); porém, sem acento agudo. Os termos: Códigos de ética, Códigos de conduta e ética, Códigos de conduta ética, Comitê executivo de ética, Comitê de ética, Canal de ética e outros termos compostos que incluem a palavra ética não fizeram parte das buscas, já que estavam automaticamente contidas dentro da busca das palavras “Ético, éticos, ética, éticas”. Ao considerar essa amostra, o total é de 382 empresas, com 2292 Formulários de Referência;
- ii) Informações secundárias da base de dados da Economática, com os dados: Total de Ativo das empresas para 2018;
- iii) Extração, no site da B3, das empresas listadas nos segmentos especiais da B3: Bovespa Mais, Bovespa Mais Nível 2, Novo Mercado, Nível 2 e Nível 1. De acordo com a B3, essas empresas têm regras mais rígidas em termos de governança corporativa, que vão além das existentes na Lei das SAs. Das 382 que fazem parte desta pesquisa, foram localizadas 181 que englobam esse segmento especial;
- iv) No Site da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), foram coletadas informações relativamente à data da fundação de cada empresa participante da amostra;

- v) A Tabela 1, adiante, mostra a lista daquelas que tiveram seus nomes envolvidos na operação Lava Jato, extraída a partir da catalogação, no site da Polícia Federal (PF) e do MPF, de todas as 70 fases dessa operação, compreendendo de 2014 a 2019:

Tabela 1
Empresas envolvidas na Lava Jato listadas na B3²

Empresa	Setor	Fase da lava Jato
Banco BTG Pactual	Finanças e Seguros	64
Banco do Brasil S/A	Finanças e Seguros	42
Ecovias (Ecorodovias)	Transporte Serviços	55
Mendes Junior	Construção	34
Petrobras	Petróleo e Gás	Diversos
Braskem	Química	63
GOL Linhas aéreas	Transporte Serviços	69
Hypera Pharma (antiga Hypermarcas)	Farmacêutico e Higiene (Outros)	Operação Sépsis (desdobramento)
JBS	Alimentos	Operação Sépsis (desdobramento)
Andrade Gutierrez	Construção	14
CCR (Rodonorte)	Transporte Serviços	55,58
Eletrobras	Energia Elétrica	16

Seguem, na tabela 2, adiante, um resumo das variáveis da equação:

Tabela 2
Quadro Resumo das variáveis da equação

Sigla	Tipo de Variável	Nome	Descrição
<i>Tot_Ética</i>	Dependente	Número total de palavras Ética	Número total da palavra Ética e palavras correlatas utilizadas nos Formulários de Referências.
<i>Lava Jato</i>	Independente (Binária)	Lava Jato	Empresas envolvidas em escândalo de corrupção, neste caso, a Lava Jato.
<i>Segm</i>	(Independente) Binária	Segmentos Especiais B3	Empresas listadas nos segmentos especiais da B3
<i>Setor</i>	(Independente) Binária	Setor Econômica	Lista de 20 segmentos da Econômica.
<i>Age</i>	(Independente) Controle	Tempo de existência da Empresa	Tempo de existência da empresa medido desde a fundação até a data de 09/02/2020.
<i>Ln_Tot_Caract</i>	(Independente) Controle	Log Total de Caracteres	Total de caracteres encontrados em cada Formulário de Referências.
<i>Ln_ToT_At</i>	(Independente) Controle	Total de Ativos	Total do Ativo das empresas em valores monetários (Reais), relativamente a 2018.

² Nota: Compilação das empresas envolvidas na operação Lava Jato, adaptada do website do MPF e da PF. Os dados foram catalogados pela extração de todas as 70 fases das operações ocorridas de março/14 a dezembro/19. Nas ocasiões em que foram deflagradas, as empresas Hypera Pharma (Antiga Hypermarcas) e JBS não tiveram seus nomes mencionados nas operações. No entanto, estavam envolvidas em operações de desdobramentos das referidas operações, neste caso, “Operação Sépsis”.

3.2 Tratamento e análise dos dados

A busca pelos termos ética e seus correlatos foi analisada pela metodologia *textual analysis technique*, ou técnica de análise de texto, um método estatístico, através do auxílio de software, para tratar dados provenientes de material em formato de texto e entrevistas (Nascimento & Menandro, 2006). Como ferramenta, utilizou-se o NVIVO, um pacote de software destinado à análise qualitativa de forma automatizada.

Sotiriadou, Brouwers e Le (2014) analisaram a aplicação de oito *softwares* em pesquisas qualitativas, incluindo o NVIVO, demonstrando que, para as amostras de pesquisa das ocasiões, esse foi o *software* mais popular, usado 30 vezes, enquanto os demais somaram, juntos, 27 vezes. Além de seu uso já difundido dentre os pesquisadores, tecnicamente, esse *software* mostrou-se adequado por comportar a quantidade de arquivos que a pesquisa se propôs a analisar, ao mesmo tempo em que foi capaz de conduzir a contagem de palavras almejada. Ademais, os *outputs* do NVIVO eram adequados para alimentar a posterior análise multivariada.

Em um segundo momento, foi usado o modelo econométrico de regressão múltipla Métodos Quantitativos Ordinários (MQO), para aferir a relação entre a variável dependente, composta pelo número total dos termos ética e correlatos, e as variáveis independentes, conforme a tabela 3, mais adiante.

A seguir, a discussão dos resultados da análise.

4 Discussão dos Resultados

Os resultados serão apresentados da seguinte forma: i) Estatística descritiva das análises descritivas, obtidas da quantidade dos termos ética e seus correlatos e extraídas dos Formulários de Referência; ii) Através das regressões econométricas, apresenta-se a relação entre o uso dos termos ética e as variáveis independentes.

A tabela 3, adiante, demonstra que, para a amostra geral e o período pesquisado, foram encontradas 18.865 vezes a menção ao termo ética e seus correlatos em seus Formulários de Referência, enquanto as empresas envolvidas na operação Lava Jato mencionaram 1814 vezes, ou seja, 9,7% do total. Das 382 empresas pesquisadas, um total de 13, ou seja, 3,4%, tiveram seus nomes envolvidos nessa operação.

No geral, as empresas demonstraram um crescimento no uso dos referidos termos em 318%, enquanto as envolvidas na Lava Jato, 530%. Ao analisar o triênio de 2013 a 2015, o crescimento foi de 20% para as 382 empresas, enquanto, para as envolvidas na Lava Jato, de

43%. Esse crescimento coincide com a promulgação da Lei Anticorrupção sancionada em agosto de 2013, e o início da operação Lava Jato em 2014.

Tabela 3
Evolução do uso do termo ética e seus correlatos

Todas as empresas da Amostra							Empresas Lava Jato				
Ano	Ética...	Responsabilid ade Social	Responsabilida de Corporativa	Socialmente Responsável	Total	Evolução Anual	Acumulado	Ano	Total	Evolução Anual	Acumulado
2013	1054	423	144	22	1643			2013	107		
2014	1166	430	159	25	1780	8%	8%	2014	118	10%	10%
2015	1348	441	160	20	1969	11%	20%	2015	153	30%	43%
2016	2186	401	139	19	2745	39%	67%	2016	293	92%	174%
2017	3079	431	145	21	3676	34%	124%	2017	469	60%	338%
2018	6249	522	81	20	6872	87%	318%	2018	674	44%	530%
Total Geral	15082	2648	828	127	18685	318%		Total Geral	1814	530%	
	81%	14%	4%	1%	100%						

Nota. Dados do termo “Ética e Correlatos” extraídos do sistema NVIVO de todos os formulários de referência, de 2013 a 2018. Ao todo, foram pesquisados 2292 documentos, pertencentes a 382 empresas.

A tabela 4, adiante, destaca a empresa Mendes Junior, condenada em primeira instância da Lava Jato, em Curitiba, em outubro de 2019. Tal condenação inclui proibição de contratar ou receber benefícios fiscais ou creditícios do poder público por 10 anos. Referida empresa nem sequer trata dos temas ligados à conduta ética, ou seja, nenhum dos termos de ética e seus correlatos foi encontrado em seu Formulário de Referência.

Ao analisar todos os Formulários de todos os períodos da amostra, a Mendes Junior versa, em seu capítulo “5.X Descrição dos controles internos”, a seguinte frase-padrão: “*Não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta*”

Somente em 2018, a empresa incluiu o subitem do capítulo 5, chamado “5.4 - Programa de Integridade”, que inexistia nos formulários anteriores. O item tem a seguinte declaração: “*A Companhia entende que em razão de não ter relação comercial com entidades públicas no presente momento os riscos envolvidos relacionados a fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública inexistem, mas considera este assunto de extrema importância e está pronta para a formalização dos mecanismos e procedimentos internos no momento adequado*”.

Assim, indaga-se: qual é o motivo para tal descaso com os temas ligados à ética? A empresa realmente não está comprometida com sua conduta perante a sociedade e os acionistas?

Segue adiante, na Tabela 4, a evolução do uso do termo ética e seus correlatos:

Tabela 4
Evolução do uso do termo ética e seus correlatos.

	2013	2014	2015	2016	2017	2018
BCO Brasil	22	23	20	24	35	78
		5%	-13%	20%	46%	123%
						255%

BCO BTG	9	10	14	8	15	24	
		11%	40%	-43%	88%	60%	167%
Brasken S A	1	1	1	10	66	37	
		0%	0%	900%	560%	-44%	3600%
CCR	3	4	13	34	34	52	
		33%	225%	162%	0%	53%	1633%
Hypera S A	16	21	22	28	45	84	
		31%	5%	27%	61%	87%	425%
J B S	7	4	4	19	17	29	
		-43%	0%	375%	-11%	71%	314%
Andrade Gutierrez	0	0	2	28	40	82	
				1300%	43%	105%	4000%
Eletrabras	16	15	24	69	113	117	
		-6%	60%	188%	64%	4%	631%
Ecovias	16	17	20	20	19	29	
		6%	18%	0%	-5%	53%	81%
Gol	3	3	3	20	20	29	
		0%	0%	567%	0%	45%	867%
Mendes Junior	0	0	0	0	0	0	
Petrobrás	15	20	30	33	65	113	
		33%	50%	10%	97%	74%	653%
Total Geral	107	118	153	293	469	674	
		10%	30%	92%	60%	44%	530%

Nota. Quantidade de menção ao termo ética e seus correlatos nos formulários de referência das empresas envolvidas na Lava Jato, de 2013 a 2018, extraída do NVIVO.

A tabela 5, em seguida, mostra a abertura por setor de uso do termo ética e seus correlatos, um total de 20 setores listados. O de mineração, que não tem nenhuma empresa listada na operação Lava Jato, encabeça a lista como maior utilizador do termo ética e seus correlatos, 120% superiores à média geral dos setores. Em seguida, os setores de Construção (72%), Petróleo e Gás (57%), Energia Elétrica (47%) e Transportes & Serviços (17%), todos com empresas envolvidas na Lava Jato.

Tabela 5
Estatística de uso do termo ética e seus correlatos, por Setor.

	Total Empresas	Total Termo Ética	Média	% s/Média
Mineração	5	526	105	120%

Construção	20	1642	82	72%
Petróleo e Gás	9	674	75	57%
Energia Elétrica	57	3994	70	47%
Transporte Servic	28	1558	56	17%
Química	8	419	52	10%
Comércio	17	877	52	8%
Veículos e peças	12	614	51	7%
Software e Dados	5	242	48	1%
Papel e Celulose	5	233	47	-2%
Alimentos e Bebidas	13	569	44	-8%
Finanças e Seguros	56	2256	40	-16%
Outros	84	3248	39	-19%
Máquinas Industriais	5	166	33	-30%
Siderur & Metalur	17	547	32	-33%
Minerais não Met	3	91	30	-36%
Telecomunicações	8	210	26	-45%
Agro e Pesca	4	93	23	-51%
Eletroeletrônicos	4	76	19	-60%
Têxtil	22	210	10	-80%
Total	382	18245	48	

Nota. Quantidade de menção do termo ética e seus correlatos nos formulários de referência, por setor, segundo a Economática, de 2013 a 2018, extraída pelo NVIVO.

4.1 Resultado da regressão

Segue na tabela 6, mais à frente, os seguintes resultados;

- i. Com significância alta, a 1%, empresas ligadas à Lava Jato demonstraram, através da variável “Dummy_LavaJato”, que usam mais o termo ética e seus correlatos do que a média geral das empresas Listadas na B3. Em Loughran et al. (2008), foi encontrado resultado de significância média, a 5%, para um cenário semelhante; ou seja, empresas classificadas como “Sin Stock”, ligadas à produção de Tabaco, Bebidas alcoólica e jogos, e empresas-alvo de “Class Action Lawsuit”, aquelas com um grupo de pessoas com os mesmos danos ou similares, causados pelo mesmo produto ou ação que processa

- o réu ou um grupo de empresas. Essas empresas que usaram mais o termo ética e seus correlatos do que as demais, supostamente, fazem um esforço, por meio de seus Formulários de Referência, para mostrar a seus stakeholders que efetivamente têm uma conduta de alto padrão ético;
- ii. Por outro lado, empresas listadas em segmentos especiais da B3, cujo processo de exigência em termos de governança corporativa é mais rígido, usaram menos referidos termos. O resultado da regressão demonstrou que esses termos não são significantes em seus Formulários de Referência. Novamente, este estudo converge com o de Loughran et al. (2008), já citado;
 - iii. Para as variáveis de controle, foram usadas quatro distintas: total de ativos, número total de caracteres em seus formulários de referência, tempo de existência da empresa e os segmentos em que está inserida. Os resultados encontrados foram:
 - a. As empresas que apresentaram Formulários de Referência com maior número de caracteres tendem a inserir maior número de termos ética e seus correlatos. Ou seja, quanto maior o relatório, maior o uso desses termos. O resultado, estatisticamente falando, demonstra alta significância, a 1%, e está em linha com Loughran et al. (2008);
 - b. Com grau médio de significância, a 5%, a variável total de ativos da empresa demonstra que, quanto maior o tamanho da empresa, maior o uso do termo ética e seus correlatos. Novamente, isso está alinhado com Loughran et al. (2008).
 - c. A variável tempo de existência da empresa também apresentou influência no uso dos citados termos; isto é, o modelo demonstra que, quanto maior o tempo de existência da empresa, maior a intensidade no uso dos termos. Neste caso, a significância do modelo foi baixa, a 10%;
 - d. Quanto à variável Setor em que a empresa está inserida, dos 20 setores pesquisados, o modelo encontrou significância média a 5%, apenas em Mineração. Esse resultado converge com o da Tabela 5, já apresentada, em que, em média, o setor de mineração utiliza 120% acima da média dos demais, que não demonstraram significância para o modelo adotado.

Tabela 6

Resultado da equação MQO

MQO -Mínimos Quadrados Ordinários, usando as observações 1-382					
Variável dependente: Tot_Ética					
	Coefficiente	Erro padrão	Razão-t	P-valor	Significância
const	-491,24	72,01	-6,82	0,000	***
Dummy_LavaJato	30,67	11,78	2,60	0,010	***
LN_Tot_Caract	33,95	5,49	6,18	0,000	***
LN_Tot_At	2,56	1,11	2,31	0,021	**
Age	0,18	0,11	1,72	0,086	*
Dummy_Segm	7,94	6,15	1,29	0,198	
Dummy_Mineraçao	48,86	24,41	2,00	0,05	**
Dummy_Agro e Pesca	-34,40	26,57	-1,30	0,20	
Dummy_Alimentos e Beb	-9,39	18,39	-0,51	0,61	
Dummy_Comercio	-2,69	17,26	-0,16	0,88	
Dummy_Construcao	19,44	16,96	1,15	0,25	
Dummy_Eletronicos	-17,60	26,46	-0,67	0,51	
Dummy_Energia Eletrica	11,95	14,89	0,80	0,42	
Dummy_Financas e Seguros	1,25	14,80	0,08	0,93	
Dummy_Maquinas Indust	-7,64	24,47	-0,31	0,76	
Dummy_Minerais nao Met	-14,17	29,65	-0,48	0,63	
Dummy_Outros	2,02	14,30	0,14	0,89	
Dummy_Papel e Celulose	-16,56	24,44	-0,68	0,50	
Dummy_Petroleo e Gas	12,28	20,40	0,60	0,55	
Dummy_Quimica	8,55	20,98	0,41	0,68	
Dummy_Siderur & Metalur	-11,51	17,40	-0,66	0,51	
Dummy_Telecomunicacoes	-2,14	24,63	-0,09	0,93	
Dummy_Textil	-13,56	21,33	-0,64	0,53	
Dummy_Transporte Servic	-11,56	16,46	-0,70	0,48	
Dummy_Veiculos e pecas	-2,58	16,52	-0,16	0,88	
R-quadrado	40,0%				
R-quadrado ajustado	36,0%				

Nota: Resultados do modelo econométrico MQO (Mínimos Quadrados Ordinários), em que a Variável Dependente **“Tot Ética”** (Total Ética) representa o total de vezes em que o termo ética e seus correlatos foram mencionados nos formulários de referência. As Variáveis Independentes ou Explanatórias são: **“Dummy LavaJato”**, ou seja, coluna binário, em que 1 significa que a empresa teve seu nome envolvido na Lava Jato, caso contrário, Zero. **LN_Tot_Caract** representa o logaritmo Natural da variável de controle “total de caracteres” encontrada em cada formulário de referência. **“LN Tot At”**, representa a variável de controle “Total de Ativos”, ano 2018, extraída da base secundária Economática. A Variável **“Age”** representa o tempo de existência da empresa. A Variável binária **“Dummy_Segm”**, quando 1, o binário significa que a empresa é listada no segmento especial da B3. Por último, foram criados 20 binários para representar cada setor, conforme a Economática. Cada **Binario Dummy**“...” representa 1 para identificar o setor, e para outros setores da mesma coluna, foram colocados como zero.

5 Conclusão

O objetivo deste trabalho foi investigar a intensidade de uso do termo ética e seus correlatos nas empresas listadas na B3, Brasil, Bolsa, Balcão. Foram investigadas 382 empresas, de 2013 a 2018, e aquelas denunciadas na operação Lava Jato. Como material de pesquisa, extraiu-se os Formulários de Referência daquelas listadas na B3 para o mesmo período, pelo sistema de pesquisa qualitativa NVIVO, em que se extraiu, de cada um, a quantidade de vezes em que as empresas usaram o termo ética e seus correlatos.

De modo geral, constatou-se que empresas envolvidas em escândalos de corrupção, neste caso, na Lava Jato, usaram mais os termos citados do que a média geral das listadas na B3. Isso pode demonstrar uma hipocrisia empresarial, mostrando uma dissonância entre as declarações contidas nos formulários e seus atos praticados. Por outro lado, empresas listadas em segmentos especiais, cujo processo de governança é mais rígido do que os padrões encontrados na Lei das S/As (Lei nº 6.404/1976), usaram menos os referidos termos.

Outro fator é que as empresas passaram a demonstrar mais preocupação em parecer mais éticas, pelo aumento no uso dos termos. Empresas listadas na Lava Jato mostraram que o uso dos referidos termos cresceu 530% de 2013 a 2018, enquanto nas outras, de modo geral, 318%. Ou seja, aquelas listadas na Lava Jato intensificaram mais o uso dos citados termos em seus Formulários de Referência. Isso aponta que elas reagiram, pelo menos em seus formulários, ao tentar explicar aos seus stakeholders que estão corrigindo suas rotas de padrão de conduta.

Outro ponto encontrado refere-se à empresa Mendes Junior, envolvida na Lava Jato, que sequer usou os referidos termos em seus Formulários de Referência. Isso mostra possível descaso em evidenciar, de forma minimamente razoável, seu interesse pelo tema de conduta ética, mesmo após seu envolvimento na citada operação.

O aumento expressivo no uso dos citados termos se deu após a promulgação, em agosto de 2013, da Lei anticorrupção, e do início da Lava Jato, em março/2014, declarada pelo MPF como “A maior iniciativa de combate à corrupção e lavagem de dinheiro da história do Brasil” (Site MPF).

Conclui-se que houve um aumento no uso dos citados termos, apontando que as empresas, de forma geral, querem mostrar a seus stakeholders e à sociedade que estão preocupadas com sua conduta ética. Seus Formulários de Referência, um artefato de comunicação com os stakeholders, têm sido aplicados nesse processo de demonstração. No entanto, verificou-se que empresas que se envolveram em escândalos de corrupção usaram tais termos de forma mais intensa que as demais.

Do ponto de vista da contribuição profissional e recomendação gerencial, espera-se que auditores, analistas financeiros e agências de risco utilizem esta análise textual como ferramenta para identificar comportamentos de risco das empresas, corroborando Craig, Mortensen e Iyer (2013). A expectativa é que esta análise possa ser uma ferramenta complementar às análises tradicionais de risco e *compliance* para esses profissionais.

Como limitação deste trabalho, não é possível saber se outras empresas não envolvidas na Lava Jato fazem ou não parte de processos de corrupção. Algumas simplesmente podem não ter sido pegadas em nenhum escândalo de corrupção.

Como oportunidade para estudos futuros, recomenda-se estender o período para anos anteriores a 2013. Outra sugestão é estender para empresas envolvidas em outras operações deflagradas, como Greenfield, Zelotes, Carne Fraca etc., para processos de contaminação de solo, quebra de barragens de minério, como a Vale e Samarco; e empresas constantes na lista do Ministério do Trabalho, como as que empregam mão de obra escrava.

Referências

- Anzilago, M., Panhoca, L., Bezerra, C. A., Beuren, I. M., & Kassai, J. R. (2018). Values or hypocrisy: The global reporting initiative mapping in agricultural cooperatives in Paraná, Brazil. *Environmental Monitoring and Assessment*, *190*, 487-496.
- Barros, A. N. F., Rodrigues, R. N., & Panhoca, L. (2019). Information on the fight against corruption and corporate governance practice: Evidence of organized hypocrisy. *International Journal of Disclosure and Governance*, *16*, 145-160.
- Branco, M., & Matos, D. (2015). The fight against corruption in Portugal: Evidence from sustainability reports. *Journal of Financial Crime*, *23*(1), 132-142.
- Brown, N. C., Crowley, R. M., & Elliott, W. B. (2017). What are you saying? Using topic to detect financial misreporting. *Journal of Accounting Research*, *58*(1), 237-291.
- Carlos, W. C., & Lewis, B. W. (2017). Strategic silence: Withholding certification status as a hypocrisy avoidance tactic. *Administrative Science Quarterly*, *63*(1), 130-169.
- Cho, C. H., Laine, M., Roberts, R. W., & Rodrigue, M. (2015). Organized hypocrisy, organizational façades, and sustainability reporting. *Accounting, Organizations and Society*, *40*, 78-94.
- Craig, R., Mortensen, T., & Iyer, S. (2013). Exploring top management language for signals of possible deception: The words of Satyam's chair Ramalinga Raju. *Journal of Business Ethics*, *113*(2), 333-347.
- Fassin, Y., & Buelens, M. (2011). The hypocrisy-sincerity continuum in corporate communication and decision making: A model of corporate social responsibility and business ethics practices. *Management Decision*, *49*(4), 586-600.
- Forster, M., Loughran, T., & McDonald, B. (2009). Commonality in codes of ethics. *Journal of Business Ethics*, *90*(2), 129-139.
- Glozer, S., & Morsing, M. (in press). Helpful hypocrisy? Investigating 'double-talk' and irony in CSR marketing communications. *Journal of Business Research*, 2019. doi: <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2019.08.048>
- Goel, S., & Gangolly, J. (2012). Beyond the numbers: Mining the annual reports for hidden cues indicative of financial statement fraud. *Intelligent Systems in Accounting, Finance and Management*, *19*(2), 75-89.

- Goel, S., & Uzuner, O. (2016). Do sentiments matter in fraud detection? Estimating semantic orientation of annual reports. *Intelligent Systems in Accounting, Finance and Management*, 23(3), 215-239.
- Higgins, C., Tang, S., & Stubbs, W. (in press). On managing hypocrisy: The transparency of sustainability reports. *Journal of Business Research*, 2019.
- Hoberg, G., & Lewis, C. (2017). Do fraudulent firms produce abnormal disclosure?. *Journal of Corporate Finance*, 43, 58-85.
- Janney, J. J., & Gove, S. (2011). Reputation and corporate social responsibility aberrations, trends, and hypocrisy: Reactions to firm choices in the stock option backdating scandal. *Journal of Management*, 48(7), 1562-1585.
- Jauernig, J., & Valentinov, V. (2019). CSR as hypocrisy avoidance: A conceptual framework. *Sustainability Accounting, Management and Policy Journal*, 10(1), 2-25.
- Kougiannou, N. K., & Wallis, M. O. (in press). Chimneys don't belch out carnations!' The (in)tolerance of corporate hypocrisy: A case study of trust and community engagement strategies. *Journal of Business Research*, 2019. doi: <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2019.08.029>
- Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013*. Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12846.htm
- Losada-Otálora, M., & Alkire, L. (2019). A transformative approach to corporate social responsibility: An antidote to corporate hypocrisy. *Service Industries Journal*, 1-23. doi: doi:10.1080/02642069.2019.1655000
- Loughran, T., & McDonald, B. (2016). Textual analysis in accounting and finance: A survey. *Journal of Accounting Research*, 54(4), 1187-1230.
- Loughran, T., McDonald, B., & Yun, H. (2008). A wolf in sheep's clothing: The use of ethics-related terms in 10-K reports. *Journal of Business Ethics*, 89, 39-49.
- Nascimento, A. R. A., do, & Menandro, P. R. M. (2006). Análise lexical e análise de conteúdo: Uma proposta de utilização conjugada. *Estudos e pesquisas em psicologia*, 6(2), 72-88.
- Nave, A., & Ferreira, J. (2019). Corporate social responsibility strategies: Past research and future challenges. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 26(4), 885-901.
- Purda, L., & Skillicorn, D. (2015). Accounting variables, deception, and a bag of words: Assessing the tools of fraud detection. *Contemporary Accounting Research*, 32(3), 1193-1223.
- Ribeiro, M. C. P., & Diniz, P. D. F. (2015). Compliance e a lei anticorrupção nas empresas. *Revista de informação legislativa*, 52(205), 87-105. Recuperado de <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/509944>

- She, C., & Michelon, G. (2018). Managing stakeholder perceptions: Organized hypocrisy in CSR disclosures on Facebook. *Critical Perspectives on Accounting*, 61, 54-76.
- Shim, K., & Kim, J. N. (2017). The impacts of ethical philosophy on corporate hypocrisy perception and communication intentions toward CSR. *International Journal of Business Communication*, 1-24. doi:10.1177/2329488417747597
- Silva, V. G., da, & Gomes, J. S. (2009). O uso do código de conduta ética como instrumento de controle gerencial: estudo de casos em empresas internacionalizadas. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 5(10), 111-128.
- Sotiriadou, P., Brouwers, J., & Le, T. A. (2014). Choosing a qualitative data analysis tool: A comparison of NVivo and Leximancer. *Annals of Leisure Research*, 17(2), 218-234.
- Wagner, T., Korschun, D., & Troebbs, C.-C. (in press). Deconstructing corporate hypocrisy: A delineation of its behavioral, moral, and attributional facets. *Journal of Business Research*, 2019. doi: 10.1016/j.jbusres.2019.07.041